

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A VIVÊNCIA DO PROFESSOR/A AUXILIAR NA MEDIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Gessione Moraes da Silva*

Gesomara Lopes Guerra**

Maria Adriana de Souza***

**Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Professora da Escola Estadual Profª Mª Zenilda Gama Torres/Apodi/RN E-mail: gessione_morais@hotmail.com*

*** Professora da Escola Estadual Profª Alvanir de Freitas Dias. Email: gersomara_lopes@hotmail.com*

****Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Professora da Escola Estadual Profª Mª Zenilda Gama Torres/Apodi/RN. E-mail: adrisouza5@hotmail.com*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre como o trabalho do professor/a auxiliar contribui para a aprendizagem do aluno com deficiência. A pesquisa de cunho qualitativo, bibliográfico e de campo teve a participação de nove professoras auxiliares da Educação Especial de escolas da rede estadual de ensino do município de Apodi/RN. Como embasamento teórico, o trabalho fundamentou-se nos dispositivos legais que regem a Educação Inclusiva e em autores que discutem esta temática, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. O estudo evidencia que o trabalho desenvolvido pelas professoras auxiliares possibilita avanços na socialização e no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão, Professor/a auxiliar, Deficiência, Aluno.

INTRODUÇÃO

A educação como sendo um direito inerente a todas as pessoas é responsável por garantir uma formação que contemple o desenvolvimento do sujeito em diferentes dimensões, valorizando e respeitando as diferenças que estão presentes na sociedade.

Sob este prisma, a Educação Especial surge como um caminho para se efetivar a inclusão das pessoas com deficiência nas instituições de ensino regular, fruto de lutas e conquistas impulsionadas pela Declaração de Salamanca (1994).

Nesse contexto surge a necessidade da existência do/a professo/a auxiliar que possa viabilizar a mediação da aprendizagem dos alunos com deficiência. O trabalho deste

profissional dar-se-á por meio de um atendimento educacional individualizado e adequado às limitações próprias de cada deficiência.

Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva refletir sobre como o trabalho do professor/a auxiliar contribui para a aprendizagem do aluno com deficiência. Desse modo é relevante analisar as contribuições do papel deste profissional nos aspectos sócio-cognitivos dos discentes.

A pesquisa de natureza qualitativa contou com a participação de nove professoras da rede estadual de ensino do município de Apodi/RN, com idade entre 27 e 37 anos, todas graduadas em Pedagogia e, destas, quatro possuem pós-graduação lato sensu em Educação Inclusiva, tendo um ano de experiência como professora auxiliar.

O estudo tem como fundamentação teórica os documentos legais que discutem a educação inclusiva, e autores como Holanda (2009), Sassaki (1997), Souza, Valente e Panutti (2015), entre outros pesquisadores estudam essa temática.

A relevância da pesquisa está vinculada ao propósito de identificar os avanços das habilidades escolares dos alunos com deficiência e, assim, defender a necessidade que muitos destes discentes apresentam, que é a mediação deste profissional para ter o direito de permanência na escola garantindo.

1 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história da humanidade tem revelado o processo de exclusão vivenciado pelas pessoas deficientes. Desde a antiguidade, especificamente na Grécia e Roma Antiga, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram abandonadas ou mortas.

No período da Idade Média as crianças com deficiência eram associadas à magia negra, sendo perseguidas e mortas. Sobre este fato, Holanda (2009, p. 20) afirma que “os portadores de deficiência tiveram suas vidas ameaçadas, tratados como se fossem a própria materialização do mal e para combatê-los era preciso castigar, torturar e matar”. Esse contexto de rejeição continuou nas fases históricas seguintes, as pessoas tidas como deficientes continuaram a ser segregadas.

Nos séculos XVIII e XIX as famílias passam a ter uma atitude mais branda com relação aos deficientes, ao invés de torturá-los e matá-los eles eram confinados em suas próprias casas ou em instituições especializadas, sob o pretexto de defendê-los da discriminação social.

Na segunda metade do século XX a sociedade começou a debater a integração das pessoas com deficiência nos espaços escolares. No entanto, o poder estatal não assumiu a responsabilidade de incluí-las nas escolas públicas de ensino, deixando a cargo das instituições privadas e especializadas a função de instruí-las assemelhando-se ao ensino regular.

É importante salientar que a partir de 1948, por meio da Declaração dos Direitos Humanos a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu-se que todos os homens são iguais perante a sociedade. Esse fato impulsionou as discussões acerca dos direitos das pessoas com deficiência.

Convém destacar que o grande marco da Educação Inclusiva ocorreu na Espanha na cidade de Salamanca (1994), onde, na oportunidade, 94 representantes de vários países e organizações não governamentais (ONGs) discutiram e formalizaram um conceito de “educação para todos”. Essas discussões resultaram em um documento que ficou conhecido mundialmente como Declaração de Salamanca. Documento este que fomentou diversos movimentos e lutas em prol da educação inclusiva.

No Brasil, as primeiras ações que retratam a preocupação do país com a inclusão das pessoas com deficiência deu-se na época imperial com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, por meio do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. A partir de 1891 ficou conhecido como Instituto Benjamin Constant, sendo referência até os dias atuais, para a reabilitação de pessoas com deficiência visual. A instituição passa a prestar serviços, capacitação e assessoramento de escolas e instituições que trabalham com esse público. Outra ação que merece destaque foi a criação do Instituto imperial dos surdos-mudos em 1857, que passou a Instituto Nacional de Educação de surdos (INES).

Com o advento do período Republicano algumas instituições privadas foram criadas com o intuito de tratar as pessoas com deficiência mental, visto que as mesmas apresentavam uma anormalidade no organismo. O objetivo destas instituições era apenas tratá-las numa tentativa de buscar a cura, sem preocupação em incluí-las na sociedade.

É importante ressaltar que as instituições privadas foram as pioneiras no tratamento das pessoas com deficiência, marcando o início da filantropia e do assistencialismo. Nessa perspectiva, as Ordens Religiosas também contribuem no sentido de assistir às classes menos favorecidas.

A Lei de Diretrizes e Base de Educação Brasileira (LDB, 1996), dedicou o Capítulo V para tratar sobre a Educação Especial, estabelecendo legalmente o direito da criança com

deficiência estudar em turmas regulares das instituições de ensino, bem como o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

2 BASES LEGAIS QUE INSTITUIU A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Artigo 205, assegura a educação como direito de todos. Nesse sentido, ela foi primordial para o desenvolvimento das políticas públicas que norteiam a Educação Especial. É oportuno assinalar que, no Artigo 208, faz-se uma ressalva quanto ao atendimento educacional especializado (AEE), direcionado às pessoas com deficiência. A esse respeito a Constituição afirma:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, p. 43).

O texto constitucional desde 1988 já traz essa preocupação em oferecer o apoio àqueles que necessitam de um atendimento específico, ressaltando que as pessoas com deficiência devem preferencialmente serem atendidas na rede regular de ensino.

Aprofundando essa discussão, convém destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) trata da Educação Especial como modalidade de ensino, enfatizando as garantias para as pessoas com deficiência. Nesse sentido, as autoras Souza, Rosário e Costa enfatizam que:

No tocante à Educação Inclusiva, o capítulo V da LDB traz em seu texto garantias legais quanto ao acesso das crianças com deficiência no ensino regular, bem como, serviços de apoio especializado, currículos, professores com formação adequada, com o intuito de assegurar a inclusão de todas as crianças na escola (SOUZA; ROSÁRIO; COSTA, 2017, p. 4).

Outro importante documento que ressalta os direitos inerentes às pessoas com deficiência são as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, que corroboram com a Constituição Federal e a LDB ao garantir o acesso e a permanência destas pessoas em instituições de

ensino regular, bem como o Atendimento Educacional Especializado na própria escola ou em centros de Educação Especial em contra turno.

Ainda sobre os direitos referentes as pessoas com deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva diz que:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2008, p.17).

Sob esta ótica surgiu a necessidade de um professor auxiliar que viesse a colaborar no processo de ensino aprendizagem dos alunos que necessitassem de um acompanhamento, para desenvolver suas competências e habilidades educativas. Fundamentado nesta Política Nacional foram criadas Leis que garantiram melhorias para a inclusão das pessoas com deficiência, tais como: Lei Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 (Lei do Autista); Projeto de Lei Nº 228/2014 (Lei do Cuidador); e a Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência – LBI).

3 ATUAÇÃO DO PROFESSOR AUXILIAR NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A Educação Especial durante muito tempo limitou-se a um ensino dissociado das salas de aula comum. Esta, em toda sua trajetória, vem passando por transformações que modificaram o seu papel, garantindo, assim, que os alunos com deficiência tenham o direito de serem incluídos no ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), assegurou a todos o direito de aprender e se desenvolver em qualquer instituição de ensino. Diante disso, “a fim de garantir esta igualdade de oportunidade e uma educação de qualidade para todos, várias práticas foram criadas com o intuito de auxiliar o professor regente a lidar com a inclusão em sala de aula” (SOUZA; VALENTE; PANNUTI, 2015, p. 10).

Nessa perspectiva, o Estado do Rio Grande do Norte realizou, em 2015, um Concurso para o cargo de professor/a auxiliar de Educação Especial, com o intuito de oferecer

profissionais que auxiliem os alunos com deficiência no seu cotidiano escolar, visto que os mesmos precisam de apoio integral no seu processo de aprendizagem.

Em face dessas considerações, o estudo realizado tem por objetivo analisar a atuação do professor/a auxiliar no processo de mediação da aprendizagem na sala comum do ensino regular. A pesquisa desenvolvida é de caráter qualitativo, bibliográfico e de campo tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Esta contou com a participação de nove professores auxiliares que atuam na rede estadual do município de Apodi-RN.

Nessa fase da pesquisa a análise dos dados viabiliza a compreensão acerca da atuação dos professores auxiliares no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência. Nesse sentido é importante ouvir a voz destes professores no tocante ao trabalho pedagógico realizado por eles, no processo de mediação da aprendizagem.

Posto isso, enfatizamos a concepção dos entrevistados a respeito da inclusão:

P01- É o processo de inserção dos alunos com deficiência no ambiente escolar e na sociedade de forma geral;

P03- A inclusão é um avanço muito bom que tem acontecido na sociedade, digo na sociedade porque a inclusão não deve acontecer somente na escola, e sim em todos os ambientes. E incluir não se resume apenas a estar em todos os locais e sim, se sentir de fato incluído, ou seja, realizando suas ações com o suporte necessário;

P06- Inclusão é acolher todos os indivíduos independentemente da classe social, cor, religião, condições físicas e psicológicas;

P07- Inclusão é o ato de igualdade entre os indivíduos, não sendo aceita qualquer discriminação.

Com base nestes enunciados foi constatado que os professores auxiliares possuem uma visão ampla sobre a inclusão, visto que a concebem como sendo necessária e promotora da igualdade entre os sujeitos, proporcionando a estes a inclusão de fato em todos os espaços sociais. No entanto, é importante ressaltar que ainda há pessoas que associam a inclusão somente à deficiência, como relata a professora P01.

Nestas circunstâncias é oportuno enfatizar o pensamento de Sasaki ao dizer que:

[...] incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI, 1997, p. 41).

O pensamento do autor evidencia os desafios que permeiam o processo de inclusão, como reforçam os discursos dos entrevistados:

P05- Os desafios são diários, na convivência do dia a dia, como sabemos, não existe uma fórmula a seguir. Porém, o maior desafio é no planejamento, por se tratar de um aluno de 7º Ano, existe grande dificuldade para sentar com os professores de cada disciplina para planejar devido o tempo de cada um e por trabalharem em outras escolas, e em sua maioria (se não todos) não possui planejamento diário para que possamos acompanhá-lo com maior facilidade. Esse sem dúvida é meu maior desafio;

P06- A maior dificuldade é a falta de conhecimento da legislação por parte da gestão, a falta de capacitação dos professores e funcionários em geral, e principalmente a falta de recursos pedagógicos;

P08- O professor de Educação Especial tem enfrentado várias dificuldades, uma delas é o não entendimento da sua função e por isso, acaba sendo cobrado ou criticado por coisas que não é da nossa ossada.

Os relatos evidenciam os desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão do aluno com deficiência na sala de aula comum. Um deles, conforme apontado pelos docentes, refere-se ao planejamento, visto que o mesmo deve ser realizado em parceria com o professor regente. E a grande dificuldade consiste na ausência do planejamento. Outro ponto destacado é a falta de conhecimento acerca das Leis que normatizam a educação inclusiva por parte da gestão escolar. No entanto, é importante ressaltar que o processo de inclusão é de responsabilidade de toda comunidade escolar.

Cabe enfatizar ainda que parte dos profissionais das instituições de ensino desconhece a real função do trabalho desenvolvido pelos professores auxiliares, gerando, com isso, cobranças e críticas indevidas relacionadas ao papel desenvolvido por estes na sala de aula.

O desconhecimento também permeia o cotidiano do próprio professor da Educação Especial (Professor/a Auxiliar), visto que, quando indagadas acerca das leis que legalizam a existência de seu cargo todas as entrevistadas, limitaram-se a citar apenas a Resolução Nº 02/2012, Resolução Nº 03/2016 e a Nota Técnica Nº 19/2010, deixando de lado as demais leis que fundamentam a instituição da função exercida pelos mesmos.

Nesse sentido é importante destacar que o conhecimento referente às bases legais que normatizam a inclusão de todos na escola regular, deve ser comum a toda sociedade, objetivando, assim, ofertar um ensino democrático, eficiente e inclusivo que promova a aprendizagem.

Com o intuito de analisar a contribuição do trabalho do professor auxiliar para a aprendizagem dos alunos com deficiência, é imprescindível conhecer seus relatos referentes

ao trabalho desenvolvido por estes no espaço escolar. Sobre esse tema os entrevistados nos dizem:

P01- Atuo como mediador da aprendizagem do aluno, ajudando-o em suas dificuldades e no desenvolvimento das atividades;

P05- Busco facilitar através das dúvidas que vão surgindo no decorrer da aula, usando de argumentos explicativos de mais fácil entendimento, observo suas dificuldades, procuro deixá-lo à vontade a fim de desenvolver sua autonomia;

P06- Procuro ampliar a comunicação dele com os demais alunos da instituição. Nas atividades procuro fazer adaptações, trabalhar com material concreto e adequado ao nível do aluno.

As vozes dos entrevistados evidenciam a relevância do papel do professor auxiliar ao mediar, adaptar e orientar os discentes com deficiência nas atividades escolares, visto que viabiliza o processo de aprendizagem e inserção dos alunos com deficiência, possibilitando a visibilidade e a inclusão destes como alunos de fato. Essa contribuição é retratada pelos professores quando indagados acerca dos avanços alcançados pelos discentes. No tocante a essa temática os participantes da pesquisa enfatizam que:

P02- A aluna já consegue se socializar com os demais colegas, fica mais tempo na sala de aula, alimenta-se melhor pelo fato de ver as outras crianças se alimentando, faz algumas atividades dentro de suas limitações, ordena o alfabeto e números, utiliza o banheiro para fazer suas necessidades, enfim adquiriu mais autonomia;

P03- Ela tem evoluído gradativamente, no seu tempo, a seu modo, pois cada aluno é único, tem seu tempo e sua forma de aprender, e ela tem mostrado que está evoluindo na compreensão dos conteúdos, na escrita e na leitura, na interação com todos que fazem a escola;

P08- Muitos são os avanços, principalmente na convivência, já que assim que chegou a escola ele não queria nem ficar na sala de aula.

Os relatos demonstram os avanços que os professores identificaram em seus alunos, verdadeiras conquistas que devem ser valorizadas dentro do contexto escolar, pois se trata de alunos com muitas limitações que dificultam o processo de aprendizagem dos mesmos. Dos nove professores entrevistados 08 trabalham com crianças que apresentam o espectro autista e 01 com paralisia. De posse desta informação, pode-se avaliar a qualidade dos avanços adquiridos por estes alunos.

Sob esse prisma é importante enfatizar que o processo de aprendizagem acontece cotidianamente, e, muitas vezes, pode parecer imperceptível aos olhos da maioria das pessoas,

No entanto, ele existe e necessita ser reconhecido por todos, como forma de fomentar a inclusão e por consequência a aprendizagem.

Em face dessas considerações é relevante compreender que o professor/a regente da sala de aula comum deve ser parceiro do professor/a auxiliar, pois a parceria entre eles possibilitará o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à formação do sujeito com deficiência. Essa parceria tem como ponto de partida a aceitação do aluno com deficiência e do professor auxiliar como companheiro, parceiro de profissão.

No tocante a essa aceitação os discursos dos professores retratam que:

- P01-** Todos os professores aceitam muito bem o aluno, procurando sempre incluí-lo nas atividades propostas em sala de aula;
- P05-** Até o momento os professores tem compreendido bem meu trabalho;
- P06-** Não existe grande aceitação, pois o professor acha que o aluno com necessidade especial é responsabilidade somente do professor auxiliar;
- P08-** Os professores aceitam e muitas vezes até me ajudam quando o aluno não quer fazer a tarefa ou ficar na sala;

É possível depreender, a partir dos discursos, que a maioria dos professores aceitam e contribuem com a presença do professor auxiliar em sala de aula. Embora ainda exista resistência por parte de alguns, ao delegar toda a responsabilidade referente ao aluno com deficiência ao professor auxiliar, o que inviabiliza a parceria necessária e imprescindível ao processo de inclusão.

Ao relatar sobre as contribuições que o professor/a auxiliar traz para o desempenho escolar dos alunos, os participantes da pesquisa argumentam que:

- P03-** Auxiliando nas atividades, nos projetos, nas apresentações, reforçando seu aprendizado para que ela se sinta igual e capaz assim como os demais;
- P05-** Por se tratar de inclusão, sabemos que perpassa os limites da sala de aula, intervenho em todas as situações que julgo necessário, tanto na convivência com os colegas em sala de aula, quanto fora dela, dentro da escola. Combatendo quaisquer tipo de preconceito ou exclusão seja ela qual tipo for;
- P07-** Tento criar condições eliminando as barreiras que assegurem a sua plena participação em sala de aula.

Considerando os aspectos acima mencionados é possível identificar a maneira como as professoras buscam realizar o processo de inclusão, através de estratégias e atividades pedagógicas que permitam o desenvolvimento sócio cognitivo dos alunos.

Em síntese, pode-se afirmar que o trabalho do professor/a auxiliar é desafiador, visto que implica em trabalhar com as especificidades de cada deficiência, além do preconceito vivenciado pelos profissionais da Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo retrata o papel do professor/a auxiliar no processo de mediação da aprendizagem dos alunos com deficiência, uma vez que a existência deste é fruto das conquistas alcançadas por meio das políticas públicas, que sugerem a necessidade da presença desses profissionais como parceiros do professor regente da sala de aula do ensino regular.

Vale salientar que o processo inclusivo não se limita à permanência dos alunos com deficiência na sala de aula comum, mas pressupõe oportunizar a estes as mesmas condições de ensino e de aprendizagem.

Mediante os discursos analisados é possível identificar que o trabalho desenvolvido por estes profissionais possibilita avanços na socialização e no processo de ensino aprendizagem dos estudantes com deficiência. Diríamos, ainda, que a presença deste professor viabiliza a convivência de todos como iguais.

Diante dessas considerações, se faz necessário compreender que a prática de uma educação inclusiva requer que a escola ofereça as condições físicas e humanas para que ela de fato aconteça, cumprindo, assim, o que determina a legislação brasileira para a Educação Especial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**. Brasília. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 07 de janeiro de 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2018.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário oficial da união**, Brasília, 2009a.

HOLANDA, T. **Uma questão de inclusão: diálogos sobre educação inclusiva travados no seio espaço escolar.** Trabalho Monográfico. Guarabira/PB: UEPB, 2009.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem.** Assembleia Geral das Nações Unidas, 12, 1948.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, F. F.; VALENTE, P. M; PANUTTI, M. **O papel do professor de apoio na inclusão escolar.** In: XII Congresso Nacional de Educação/EDUCERE, XII Anais. Curitiba-PR: PUCPR, 2015. p. 10.875-10.885.

SOUZA, M. A.; ROSÁRIO, M. L. F.; COSTA, E.M. **A educação inclusiva na concepção do aluno sem deficiência no ensino regular.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, IV. Anais. João Pessoa: REALIZE 2017. p.1-12.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.